

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 764/XII/2.^a

RECOMENDA AO GOVERNO QUE GARANTA A VIABILIZAÇÃO DOS ESTALEIROS NAVAIS DE VIANA DO CASTELO, ASSEGURANDO A MANUTENÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO

A privatização dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo foi uma promessa assumida pelo Governo do PSD/CDS-PP desde o primeiro momento. A ideia herdada do Governo PS, da desvalorização dos estaleiros públicos de Viana dos Castelo através do esvaziamento de trabalho e de trabalhadores, sempre mereceu a oposição o Bloco de Esquerda por ser a antecâmara da privatização ou da extinção de uma unidade industrial com significado estratégico para a indústria naval e para o desenvolvimento do país.

Em junho de 2011, o Governo cessante, ainda que apenas remetido a funções de gestão, aprovou um Plano de Reestruturação e Viabilização dos ENVC que previa o despedimento de 380 trabalhadores. O Bloco de Esquerda apresentou então um projeto de Resolução salientando a ausência de audição prévia dos trabalhadores e denunciando o Plano como uma via aberta para a privatização dos estaleiros.

No final de 2011, com a suspensão de todas as decisões por parte do Governo PSD/CDS-PP, a situação da empresa começa a degradar-se rapidamente. Os trabalhadores permanecem inativos durante um longo período de tempo, e o Governo recusa-se a libertar as verbas necessárias para a concretização do contrato assinado com a empresa de petróleos da Venezuela para a construção de dois navios asfalteiros no valor de €128 milhões.

Em agosto de 2012, o Governo cumpre as antigas ameaças e anuncia o processo de privatização dos ENVC, que logo mereceu a oposição do Bloco de Esquerda e apresentação de iniciativa legislativa no sentido de impedir a privatização.

Depois de um processo que marcou pela falta de transparência e de esclarecimentos por parte do Governo, em que as propostas (todas com ofertas bastante abaixo do capital social da empresa) foram caindo até restar apenas uma, o Governo decidiu suspender o processo de privatização dos ENVC.

Na base desta decisão esteve o processo de investigação da Comissão Europeia sobre as ajudas do Estado no valor de 181 milhões, concedidas aos Estaleiros entre 2006 e 2001. Apesar de o Governo ter sido questionado diversas vezes sobre o assunto, continua por esclarecer por que razão não se tentou evitar o processo através de um Plano de Reestruturação da empresa em dificuldades e se foram tomadas todas as medidas ao alcance do Governo para contestar o processo da Comissão Europeia.

A situação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo encontra-se hoje mais indefinida e os postos de trabalho mais ameaçados do que alguma vez estiveram. A decisão do Governo de subconcessionar os terrenos dos estaleiros denuncia uma procura cega de um qualquer encaixe financeiro, muito abaixo do que valem os estaleiros, sem qualquer garantia sobre a atividade que se virá a desenvolver naqueles terrenos, escancarando a porta à extinção da construção naval em Viana do Castelo e ao despedimento de todos os 620 trabalhadores.

Durante todo este tempo, o Governo abandonou os estaleiros e qualquer possibilidade de viabilização da empresa. Retirou aos ENVC o contrato para a construção de navios para a Marinha e sustentou uma administração que nunca teve a intenção de alargar a carteira de encomendas nem de procurar a viabilidade nem a modernização dos estaleiros.

Os trabalhadores dos ENVC e os seus representantes têm sido incansáveis na defesa da sua empresa e dos seus postos de trabalho, salientando o papel estratégico dos estaleiros e da indústria naval para a capacidade produtiva e a recuperação económica do país.

Ao longo deste processo os trabalhadores, as forças vivas da região, incluindo a autarquia de Viana do Castelo, e o Bloco de Esquerda, assim como outras forças políticas da oposição denunciaram sempre a gestão danosa que prejudicou a empresa, sobretudo através da assinatura de contratos ruinosos de que o Atlântida é bom exemplo. Os trabalhadores denunciaram que nos últimos cinco anos, os ENVC perderam mais de €62,4 milhões em treze projetos dos cinco realizados, prejuízos que já estariam calculados antes do início da construção dos navios.

De facto, a auditoria da Inspeção-Geral de Finanças, aprovada em 2008 na Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças mas que só agora foi divulgada conclui que as reestruturações previstas pelo acionista Estado para os estaleiros, em 1998 e 2005, ficaram por concluir, tal como um plano de modernização de €52,2 milhões.

A auditoria indica ainda a falta de modernização como um dos principais problemas dos estaleiros e confirma a não concretização das contrapartidas devidas aos estaleiros no âmbito do negócio dos submarinos com um consórcio alemão. Dos €632 milhões devidos aos ENVC em contrapartidas, 39,2% ficou por concretizar.

Desta forma é compreensível que, ano após ano, os resultados dos ENVC permaneçam negativos, com um passivo acumulado de €281,4 milhões.

Com a realização de novas auditorias, estamos certos que a conclusão será aquela que o Bloco de Esquerda e os trabalhadores têm apontado desde o início do processo: houve erros graves na gestão dos ENVC que justificam a atual situação dos estaleiros e que comprovam a intenção do atual Governo e dos anteriores de levar a empresa a uma situação insustentável.

São várias as opções à disposição do Governo se a vontade política determinar a viabilização dos estaleiros e a sua manutenção pública como um bem estratégico para o país. As forças vivas da região, a autarquia e os trabalhadores já se mostraram disponíveis para tudo fazer em nome da recuperação da empresa e da manutenção dos postos de trabalho.

O Bloco de Esquerda reafirma ao seu apoio à luta dos trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana dos Castelo e o seu compromisso com a defesa de um bem público de valor estratégico para o país.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Elabore de imediato um plano de viabilização dos Estaleiros de Viana do Castelo que garanta a manutenção dos postos de trabalho dos estaleiros e a concretização das encomendas existentes nos respetivos prazos.
2. Nomeie uma administração capaz de assegurar a modernização e o desenvolvimento da capacidade de construção e reparação naval dos estaleiros, bem como a captação de novos clientes, de forma a assegurar o futuro dos ENVC enquanto unidade pública num setor estratégico tão importante como a indústria naval.

Assembleia da República, 7 de junho de 2013.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,